



DOSSIÊ

6 *Memória e cotidiano nas transformações da cidade: o caso de uma comunidade ameaçada de remoção em João Pessoa (PB)*

(Memory and everyday life in the transformations of the city: the case of a community threatened with removal in João Pessoa [PB])

(Memoria y vida cotidiana en las transformaciones de la ciudad: el caso de una comunidade amenazada de expulsión en João Pessoa [PB])

*Jéssica Neves Lôro*¹

1. Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF). Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é pesquisadora do grupo BONDE e do grupo CASA, vinculados ao IESP-UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3545386201786547>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4962-6181>.



Resumo – Na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, no nordeste do Brasil, a implementação de um grande projeto urbano adentrou a vida dos moradores e moradoras de 8 comunidades situadas na região da Avenida Beira Rio, ao longo do Rio Jaguaribe, a saber o Programa João Pessoa Sustentável (PJPS). Entre as diversas intervenções do programa, destacam-se a remoção de mais de 700 famílias, a construção de novos conjuntos habitacionais e do Parque Linear do Complexo Beira Rio. Neste texto, meu objetivo é descrever os diversos agenciamentos que ocorrem durante a implementação de grandes projetos urbanos que envolvem remoções, com foco especial na memória e no cotidiano dos moradores, busco refletir sobre aspectos como as incertezas, os rumores, as expectativas e as promessas de futuro que permeiam esse processo.

Palavras-chave: Remoções; Memória; Cotidiano; Grandes Projetos Urbanos; Conflitos Urbanos.

Abstract: In the city of João Pessoa, the capital of the state of Paraíba in northeastern Brazil, the implementation of a large urban project, the João Pessoa Sustainable Program (PJPS), has deeply affected the lives of residents from eight communities situated in the Avenida Beira Rio region, along the Jaguaribe River. Among the various interventions of the program, the removal of more than 700 families, the construction of new housing complexes, and the creation of the Beira Rio Complex Linear Park stand out. In this text, my objective is to describe the various dynamics that occur during the implementation of large urban projects involving removals, with a special focus on the memories and daily lives of the residents. I seek to reflect on aspects such as uncertainties, rumors, expectations, and promises of the future that permeate this process.

Keywords: Removals; Memory; Everyday Life; Large Urban Projects; Urban Conflicts.



Resumen: *En la ciudad de João Pessoa, capital del estado de Paraíba, en el noreste de Brasil, la implementación de un gran proyecto urbano entró en la vida de los habitantes de 8 comunidades ubicadas en la región de la Avenida Beira Rio, a lo largo del río Jaguaribe, a saber, el Programa João Pessoa Sostenible (PJPS). Entre las diversas intervenciones del programa, las más destacadas son el traslado de más de 700 familias, la construcción de nuevos complejos habitacionales y el Parque Lineal del Complejo Beira Rio. En este texto, mi objetivo es describir las diversas disposiciones que ocurren durante la implementación del programa. Grandes proyectos urbanos que involucran desalojos, con especial enfoque en la memoria y la vida cotidiana de los residentes, busco reflexionar sobre aspectos como incertidumbres, rumores, expectativas y promesas de futuro que permean este proceso.*

Palabras clave: *Mudanzas; Memoria; Vida Cotidiana; Grandes Proyectos Urbanos; Conflictos Urbanos.*



2 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em agosto de 2024.

3 De acordo com estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles "As cinco metrópoles mais desiguais no 4º trimestre de 2023 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa [0,670], Aracaju [0,657], Natal [0,652], Salvador [0,648] e Teresina [0,647], todas elas pertencente à região Nordeste do Brasil". Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2024/04/BOLETIM_DE-SIGUALDADE-NAS-METRA_POLES_15.pdf

A cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, localizada no nordeste do Brasil, abriga atualmente cerca de 830 mil habitantes². Sua fundação remonta ao século XVI, às margens do Rio Sanhauá, período que coincide com a ocupação de outras capitais nordestinas. O crescimento populacional da época foi impulsionado principalmente pela expansão da agricultura, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar, voltada à exportação. Essa atividade era marcada pela monocultura e pelo uso de mão de obra escravizada. Resquícios desse período colonial ainda permeiam o município, refletindo-se nos elevados índices de desigualdade social³.

Apesar dessas desigualdades persistentes, nas duas últimas décadas, João Pessoa passou por significativas transformações. Conforme destacou Martins (2019), a implementação de grandes projetos urbanos, a intensa produção imobiliária, aliados a mudanças na legislação urbana, provocaram modificações na estrutura da cidade. A região sul do município, caracterizada pela expansão urbana e pelo expressivo desenvolvimento imobiliário, viu a implementação de diversas obras públicas, como equipamentos de lazer, cultura, mobilidade urbana, além de empreendimentos privados. Já na região central, os investimentos se intensificaram a partir de 2013, com grandes obras de mobilidade e a revitalização de importantes espaços públicos.

O ritmo de investimentos em grandes obras urbanas manteve-se intenso, e em setembro de 2014 foi lançado o Plano de Ação do Programa João Pessoa Sustentável que propõe um conjunto de intervenções na cidade. O Programa João Pessoa Sustentável (PJPS), é fruto de um empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), integrando a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). O investimento total do programa é de US\$ 159,4 milhões, dos quais US\$ 100 milhões são financiados pelo BID, enquanto o restante, US\$ 59,4 milhões, é contrapartida da Prefeitura.

Dentre as ações do PJPS, destaca-se a requalificação do "Complexo Beira Rio". Nesta área estão situadas oito comunidades, onde aproximadamente 700 famílias estão ameaçadas de remoção. Parte dessas famílias serão realocadas para novos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos. Além disso, estão previstas obras de urbanização, como pavimentação, iluminação pública, drenagem e a construção do Parque Linear do Complexo Beira Rio.

A partir da implementação desse grande projeto urbano, proponho analisar os impactos do PJPS na vida cotidiana dos moradores que vivenciam es-



4 Usarei o termo "comunidade" por ser a forma como os próprios moradores definem o lugar.

JÉSSICA NEVES LÔRO

sas mudanças. Meu trabalho de campo concentra-se na comunidade⁴ São Rafael, cuja história conheci em 2020, durante a pandemia, ao entrevistar uma liderança local para uma pesquisa sobre os efeitos da pandemia nas comunidades de João Pessoa. Um dos tópicos abordados foi a questão das remoções e despejos durante o período pandêmico, quando a liderança relatou que entre 30 e 100 famílias estavam sob ameaça de remoção. Além desse contato prévio, outros aspectos motivaram meu interesse em estudar a São Rafael, como o fato de ser a comunidade mais antiga entre as oito e a que registra o maior número de remoções até o momento.

O objetivo deste trabalho é analisar os agenciamentos, as memórias, os rumores, as incertezas, as expectativas e as promessas de futuro que emergem durante a implementação desses grandes projetos urbanos e como eles são vivenciados no cotidiano dos moradores. Na primeira fase do trabalho de campo, realizada em março de 2023, observei que as relações entre os moradores são profundamente enraizadas em laços de parentesco, vizinhança e rotinas compartilhadas. Segundo Appadurai (1997), são essas conexões, as histórias compartilhadas, espaços e lugares, que criam localidades.

Mesmo diante de longos processos de negocia-

ções, incertezas, esperas e mobilizações, os moradores continuam a construir suas casas, comércios e vidas, enfrentando o que Veena Das caracteriza como eventos de violência do Estado. A obra de Das inspira a reflexão sobre a violência não apenas em sua forma "ascendente", de grandes destruições e eventos extraordinários, mas também em sua "descida" ao cotidiano (Das, 2020). Vianna e Magalhães (2019) referem-se a esses eventos, como a ameaça de remoção, como situações de "desfazimentos da vida", onde modos de viver e organizar a existência são destruídos, gerando sofrimento e cansaço profundos. Contudo, mesmo nesse cenário, a vida continua a acontecer, resistindo aos processos de violência.

É importante ressaltar que este é um trabalho em andamento, a parte que será discutida no texto é referente ao trabalho de campo que realizei em 2023, no qual passei um mês em João Pessoa e realizei observação participante e entrevistas com moradores da Comunidade São Rafael. Também tenho feito um acompanhamento nas páginas no instagram e grupos do whatsapp criados por moradores.



A resistência no cotidiano e o tempo da espera.

Em março de 2023, fui pela primeira vez à comunidade São Rafael. Ao descer do uber próximo a uma pracinha, deparei-me com uma placa que exibia a seguinte mensagem:

A São Rafael não é contra o projeto João Pessoa Sustentável, mas queremos a saída só das casas que realmente alagam, evite desperdício de dinheiro público e superfaturamento. Querem acabar com nossa comunidade e não podemos deixar! Pedimos revisão do projeto JÁ! Casas que nunca entraram água não devem sair. Agradecemos a todos que lutam por nossa causa.

Mais adiante, na mesma rua, comecei a notar adesivos fixados em alguns carros, motos e casas. Era um adesivo verde com a inscrição “SOS São Rafael” em vermelho. Além desses, haviam outros adesivos, diferentes dos descritos acima, colados em alguns portões, contendo o nome do Programa João Pessoa Sustentável, com a logomarca centralizada e a frase: “Identificação do imóvel, seguida do identificador SRG – e um número, além de um telefone “para maiores informações”.

Enquanto caminhava pela rua, havia carros e motos estacionados, pessoas caminhando, e outros veículos aguardavam sua vez de passar devido à estreiteza da via. Alguns moradores estavam sentados nas calçadas e varandas, enquanto outros circulavam dentro de suas casas ou trabalhavam em pequenos comércios anexos à casa, um tipo de “puxadinho”. A maioria das casas era de um pavimento, com algumas poucas de dois ou três andares, embora fosse possível notar novas lajes sendo erguidas.

No caminho, passei por oficinas de carros, motos e bicicletas. Naquele dia, antes do meio-dia, já se podia ouvir um culto na igreja Batista. Havia também uma casa espírita e uma igreja católica na parte central da rua principal. Além disso, avistei um posto de saúde, lojas de roupas, mercados, vendinhas, salões de beleza e uma sala dedicada exclusivamente a manicures.

Nesta primeira visita, combinei de me encontrar com Daniel, um morador que eu havia entrevistado anteriormente à distância. Ele me esperava na sede do Instituto Voz Popular (IVP). Ao chegar no local que presumi ser a sede, não o encontrei. Perguntei a uma moça que passava se aquele era realmente o Instituto, e ela confirmou, mas explicou que as pessoas estavam trabalhando nas obras da nova sede,



5 Usarei companheiros de acordo com a fala de Daniel.

JÉSSICA NEVES LÔRO

indicando a direção. Ao chegar nas novas obras, encontrei Daniel acompanhado de dois "companheiros⁵" que ajudavam na construção. Ele os apresentou, informando que eram membros do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Perguntei se moravam na São Rafael, e eles responderam que não, mas que vinham ajudar nas obras quando podiam, sendo remunerados por isso. Ambos moravam em uma ocupação no Centro. Também estava presente o pai de Daniel, Seu José, que se apresentou.

O IVP é um Instituto fundado na comunidade São Rafael e suas ações datam desde o ano 2000. Daniel e seu pai me mostraram o terreno e as obras em andamento. Havia uma construção maior, onde estavam sendo feitos pequenos quartos para hospedar intercambistas e um espaço para atividades do Instituto. DO outro lado, uma obra menor abrigava cômodos para a panificadora, a rádio e o banco comunitário. Segundo Daniel, o IVP atua em três frentes principais: Economia Solidária, Radiodifusão e Crescimento Territorial Sustentável. Atualmente, sua função no Instituto é a de coordenador de projetos, mas faz de tudo um pouco, dá oficinas, organiza eventos.

Após a apresentação das obras, Seu José apon-

tou para uma área onde estava sendo construído um coreto para apresentações artísticas e práticas esportivas, informando que toda aquela região estava ameaçada de remoção. Diante dessa informação, me perguntei sobre o significado de continuar construindo, mesmo sob a iminência da remoção. Embora não achasse pertinente questionar naquele momento, percebi que essa era uma forma cotidiana de resistência dos moradores. Em outras ocasiões, também observei obras em andamento na comunidade, assim como um grupo de meninos brincando enquanto carregavam areia em um carrinho de mão para outra construção no mesmo dia.

É importante destacar que, até o presente momento, um ano após o início do trabalho de campo, os moradores da São Rafael ainda não sabem quais casas serão de fato removidas. No entanto, mesmo diante dessas incertezas, a vida continua acontecendo. Nesta complexa relação entre as temporalidades envolvidas, Koselleck (2006) discute como o presente reconstrói o passado através de novas problematizações e ressignifica tanto o passado, como "campo de experiência", quanto o futuro, como "horizonte de expectativas".

Na entrevista que fiz com Seu José, ele mencionou a confusão e ambiguidade com as tempora-



lidades, ao refletir sobre o futuro da comunidade, mencionando essa espera necessária para continuar as obras:

Eles falam que é uma coisa, que vão fazer um negócio, mas quando é outra reunião, outro bairro, eles já falam outro negócio, outra coisa. Pra gente, eles não falam como é que vão fazer. Eles fizeram um mapa, o mapa era daqui pra baixo, aí quando apresentaram o mapa, ia sair isso aqui pra cima, ali da rua pra cá, né? Aí quer dizer que eles já não fizeram como era o primeiro projeto. E primeiro, quando eles fizeram, era pra tirar aqui, ó, e retiraria, retiraria, né? (...) Aquele terreno lá de Daniel, Daniel esperando, era pra ter feito aquilo ali, mas esperando pra decidir onde é que vai passar, pra ele fazer o muro. (Entrevista realizada com Seu José em março de 2023)

Ao falar de fenômenos de mobilidade e deslocamentos (voluntário ou forçado) nas sociedades americanas, Vidal et al (2011) os intitula do que poderíamos chamar de “territórios da espera” que acolhem essas “sociedades em espera”, os territórios que vivem à espera de um modo transitório, apesar do autor não tratar especificamente de remoções de grandes projetos urbanos, penso que o tempo em que as comunidades convivem com a remoção tam-

bém seria uma “sociedade em espera”. Esse conceito é pertinente ao considerar como as comunidades convivem com a iminência da remoção, podendo ser chamadas de “sociedade em espera”, como define Vidal et al (2011) ao abordar fenômenos de mobilidade e deslocamento.

Gutterres (2014) descreve o “fantasma da remoção”, o tempo em que as famílias convivem com a ameaça, um período em que não apenas esperam, mas se envolvem em negociações, burocracias e mobilizações. Como observado em minha primeira visita, os moradores também se ocupam com as atividades ordinárias da vida.

Memória como uma forma de resistência

Daniel tem 38 anos e nasceu na comunidade São Rafael, seus pais saíram da região de Guarabira no início dos anos 80 e apesar das idas e vindas foi na comunidade que fincaram raízes. Como muitas famílias que migraram nesse período, eles buscavam melhorar as condições de vida. Segundo Seu José, pai de Daniel, a escolha pela comunidade se deu pela proximidade com parentes que já viviam ali.



(...) eu vim pra cá em 1980 (...), quando eu cheguei aqui, meu irmão morava lá na frente, só tinha casa lá naquele canto de lá, onde é a pra-cinha e tinha um bar de um cara chamado Bi-godão, fica ali na subida da ladeira da igreja, só tinha uma casa ali também, onde tem um mer-cadinho, ali era do meu primo, tinha ele ali, um marido da minha tia que morava mais pra frente e duas outras e mais pra frente tinham 6 casas. Aí foram fazendo, aumentando a família, cada um fazia uma casa na frente, foi crescendo uma porção de casas, quando vai ver está desse jeito aqui que tá hoje, cheio de casa. (...) (Trecho da entrevista com Seu José, março de 2023).

A expansão da comunidade São Rafael reflete a continuidade das ações de gerações que com-par-tilham o mesmo espaço, interesses comuns e ati-vidades de sociabilidade, e especialmente os *laços de parentesco*. Conforme Seu José relata, o crescimen-to da família levou à construção de novas casas, so-lidificando os vínculos com o local. A dinâmica de alocação das casas confere significado ao lugar e molda as identidades sociais que se formam ao lon-go do tempo. Ideais como pertencimento conectam as pessoas aos espaços que habitam, influenciando a maneira como cada morador ocupa e se relaciona

com o ambiente. Quando os entrevistados narram a história do lugar, acionam memórias que evocam es-ses laços de pertencimento, como a lembrança de um bar em uma determinada localização, com um dono conhecido, ou a forma como as casas foram sendo construídas, muitas vezes próximas a parentes.

Essa descrição não apenas retrata o processo histórico de formação de muitas regiões periféricas no Brasil, mas também revela aspectos culturais en-volvidos na criação do lar. Além disso, é um reflexo da atuação — ou muitas vezes da omissão — do po-der público nesses locais. Em diversos casos, gran-des áreas da cidade foram construídas pela própria população, sem o devido suporte ou planejamento estatal, resultando em uma ocupação do espaço que carrega consigo as marcas da resistência e da inicia-tiva comunitária.

A história da comunidade remonta aos anos 1950, quando as margens do Rio Jaguaribe começa-ram a ser ocupadas. Antes de ser conhecida como co-munidade São Rafael, a área era ocupada pela Fazen-da São Rafael, cujas terras pertenciam ao governo do estado da Paraíba. Com o aumento da população, as atividades da fazenda foram encerradas, e as terras foram desmembradas. Os antigos trabalhadores que



já moravam ali receberam a terra como doação do governo, formando a Vila São Rafael, que mais tarde se tornou a Comunidade São Rafael. As primeiras casas foram construídas em taipa, e ao longo dos anos, muitas foram reconstruídas em alvenaria conforme descreve Daniel na entrevista.

Então, a nossa história aqui na comunidade, tem três momentos. Meus pais vêm morar aqui, aquela história, né? O pessoal sai do interior e vem para a capital, tentar uma vida melhor e tudo mais, e aí, final da década de 70, início da década de 80, eles chegam aqui em João Pessoa. Eles, inicialmente, começam a morar em um outro bairro (...) E aí, depois, eles migram aqui para a comunidade São Rafael, porque já tinha um parente do meu pai (...) E aí, quando eles vêm para cá, eles constroem a casa aqui nesse terreno doado pelo familiar do meu pai. Só que aí, naquela época, na década de 80 e tal, as casas eram muito precárias, né? Todas as casas aqui, na verdade. Casas de Taipa, algumas de Maderite mesmo e tal. E aí, quando foi na grande cheia de 85, que teve aqui em João Pessoa, do Rio de Jaguaribe, a nossa casa desabou, caiu nessa enchente. (...) E aí, todas, já mais de uma parte das famílias, foram morar num único local, que era o antigo Lions Club. E aí, essas famílias fi-

caram morando lá um tempo, até que elas, sem ajuda nenhuma do Estado, do município para a construção das suas casas, acabaram ocupando, nesse caso específico. A gente fala do termo de ocupação e tal, mas aqui foi literalmente a invasão do espaço que era utilizado, então o pessoal teve que invadir o espaço para fazer suas casas. Porque ficaram vários anos morando nesse local e não conseguiram, por exemplo, receber dos programas habitacionais suas casas. Então, tiveram que invadir mesmo o espaço, construir suas casas. Que é essa casa que a gente mora hoje. Aí já é uma casa melhor do que era aquela, porque de fato já é uma casa de alvenaria, então a gente tem três quartos, tem banheiro na casa, sala, cozinha, terraço, né? Tem quintal também.

Motta (2014) destaca em seus trabalhos o papel das casas como elementos fundamentais da economia cotidiana, não sendo entidades isoladas, mas parte de uma rede de relações. Como mostra o historiador Michel de Certeau (1998), o conceito de "lugar" implica uma relação de estabilidade e a criação de "relações de coexistência". O antropólogo Michel Agier (2011) complementa, afirmando que a construção do lugar envolve pressupostos de pertencimento e familiaridade. Essa relação é expressa pelos significados atribuídos aos elementos presentes nesses es-



paços. Embora categorias como espaço e lugar sejam universais, as experiências associadas a elas variam conforme o grupo social e o ambiente. A noção de espaço é fundamental para a identidade das populações, servindo como referência tanto para localização quanto para a construção identitária.

Nas entrevistas, é evidente a dimensão da memória individual e coletiva. Os moradores utilizam essa memória como ferramenta de luta e resistência pela permanência na comunidade. Conforme Benedict Anderson (2008), os lugares são construídos a partir de uma "memória coletiva" e produzidos através de coesões discursivas. Essa memória coletiva e as experiências vividas no processo de construção do lugar são posteriormente reivindicadas como arenas políticas (Holston, 1991).

A casa que Daniel, seus pais, irmãos e avó vivem está ameaçada de remoção. Ao falar sobre suas expectativas e imaginários de futuro, o entrevistado também aborda as possíveis perdas e "rupturas" no cotidiano e na história da comunidade, especialmente em relação aos aspectos culturais e econômicos. Daniel, um dos moradores, expressa suas preocupações:

Eu imagino que, em parte, será uma lacuna significativa, especialmente para nossa comunidade, que é a mais antiga das oito. (...). Para nós, será uma perda considerável, pois muitas pessoas que têm laços aqui, que possuem suas barracas e pequenos comércios dentro da comunidade, terão que sair. Isso vai gerar uma quebra financeira, uma ruptura cultural. Temos aqui, por exemplo, o bloco São Rafael Frevo e Folia, mas as pessoas que participam dele estão na área que será removida, então vamos perder nosso bloco.

A fala de Daniel revela uma preocupação com a lacuna deixada por essas "rupturas". Esse sentimento pode ser analisado à luz do conceito de "segurança ontológica" de Anthony Giddens, que se refere à sensação de continuidade das coisas e das pessoas. Esta continuidade seria o que dá amparo para a sociedade através de elementos de previsibilidade como a tradição e a rotina. Esses elementos trariam então essa sensação de uma continuidade e serviriam para enfrentar o medo do atípico. Essas quebras da tradição e da rotina tirariam o indivíduo de um ambiente de segurança para um ambiente de risco. Os aspectos relacionados pelo entrevistado trazem o receio por essa lacuna, um sentimento de insegurança com uma descontinuidade dos hábitos (Giddens, 1991).



Talvez um ponto interessante para pensar nessas “quebras” da rotina e o que faz sentido ao se pensar na vida cotidiana é o que Certeau (1994) chamou de as práticas e artes de fazer da vida cotidiana entendendo-as sob a ótica de afastamento da ideia do cotidiano como rotinização para pensar no cotidiano como movimento, no qual o cotidiano se assemelha a um campo de batalha que utiliza e precisa encontrar modos inventivos para ser praticado, entendendo, então, o espaço como um lugar praticado (1994:202). Neste caso, podemos pensar nas confrontações que parecem inverter o cotidiano (Leite, 2010).

Conforme aponta Leite (2010), é importante pensar não apenas nos pontos que fixam uma regularidade da vida cotidiana, mas também na “perturbação” desses fluxos regulares da rotinização, isso nos permite “compreender a dimensão profundamente conflitante da vida urbana contemporânea e os distintos mecanismos que subsidiam as práticas sociais que alteram a vida cotidiana” (Leite, 2010: 737). No entanto, ao pontuar sobre rupturas recorrentes do cotidiano, o autor afirma que não necessariamente haverá um risco à cotidianidade, mas ao contrário, apesar do desafio manter a cotidianidade, certas dinâmicas locais terão uma garantia maior de que suas práticas sociais geram mudanças e contestação.

@s.o.s8comunidades

As mudanças na comunicação, especialmente com o advento das redes sociais, transformaram as arenas políticas, proporcionando novas formas de expressão e mobilização para os moradores das comunidades afetadas. As mídias sociais tornaram-se um espaço crucial para que os residentes possam expor e denunciar as situações em seus territórios. Nesse contexto, as comunidades da Beira Rio se uniram, junto a líderes e apoiadores, para criar o perfil “s.o.s8comunidades”. Esse perfil é utilizado para mobilizar a população, informar e divulgar reuniões por meio de transmissões ao vivo, registrar denúncias, documentar visitas de técnicos e gestores, e narrar o cotidiano dos moradores através de vídeos. A descrição do perfil deixa clara a resistência ao projeto João Pessoa Sustentável, que, segundo eles, visa “DESTRUIR as casas de 08 comunidades para construir um parque linear para a classe média.”

Uma das séries de vídeos publicadas com o apoio de entidades como a Associação de Moradores da São Rafael, IVP, CUFA, UP, MLB, CEIFA, é intitulada “Histórias que se vão”. Em um vídeo gravado na comunidade São Rafael, em outubro de 2022, uma entrevistada expressa a importância da coletividade



para a identidade do local: “Não vai ser a mesma coisa, porque tem que ter todo mundo para ser a São Rafael”. A memória é central nas falas dos entrevistados, que refletem o sentimento de pertencimento à comunidade e o receio de perder as conexões construídas ao longo dos anos.

Postagens com um foco mais organizacional são direcionadas para o WhatsApp, através do grupo “o8 COMUNIDADES”, criado em julho de 2022, com 105 membros, composto por moradores e apoiadores. O grupo serve como um canal para lembretes de reuniões, atualizações sobre o Programa, e compartilhamento de fotos e vídeos do processo de implementação, como a preparação do terreno para a construção dos conjuntos habitacionais, visitas de técnicos do BID, Prefeitura e Defesa Civil, entre outros tópicos. Por meio de áudios e textos, os moradores compartilham suas opiniões sobre os conflitos que surgem, como demonstrado pela fala de uma moradora que expressa frustração: “A gestão venceu, compraram os líderes com empregos na qual serviu pra enfraquecer a luta. Eu sigo lutando. Agora é cada um por si e Deus por todos”.

Nas mídias, os conflitos emergem e são usados para legitimar ou deslegitimar o programa. Esses conflitos frequentemente se manifestam como boa-

tos, rumores e fofocas. Menezes (2023) aponta que os “rumores” desempenham um papel importante na pesquisa, organizando e alterando a forma como os moradores vivenciam sua vida coletiva. Mapear esses rumores se torna uma maneira de acessar o universo dos moradores, já que eles não necessariamente dependem de um contexto de confiança para se propagar, atuando como um dispositivo crucial de troca de informações (Menezes, 2023; Scott, 1990; Shibutani, 1966).

Um exemplo desses rumores surgiu em fevereiro de 2023, quando postagens nas redes sociais, incluindo Instagram e WhatsApp, destacaram uma suposta mudança no mapeamento das casas em áreas de risco. O conflito envolveu um morador que era vereador. A postagem comparava o mapa antigo, que marcava a casa para remoção, com o novo mapa, onde a casa não estava mais em área de risco. A legenda questionava: “Tempos depois, Luís da Padaria assumiu o cargo de vereador e ‘misteriosamente’ um novo mapa foi apresentado, desta vez sem indicar a casa do vereador Luís da Padaria como área de risco.”

Esses conflitos levantam questões que os moradores discutem em lives, reuniões e grupos de



WhatsApp, especialmente sobre os critérios de mapeamento das áreas de risco e a eficácia da remoção como solução. Com o crescente debate sobre mudanças climáticas, surgem questionamentos sobre a sustentabilidade da remoção de pessoas de áreas arborizadas. Um rumor particularmente irônico que se espalhou entre os moradores, após as consultorias técnicas do BID e PMJP, foi a justificativa de que “daqui a 100 anos João Pessoa vai alagar”. Esse rumor virou motivo de zombaria entre os moradores, como reflete a fala de Seu José Mauro:

Um cabra da prefeitura disse que daqui a cem anos a água vai chegar aqui. E eu fui um dos que disse, meu amigo, quando essa água chegar, infelizmente, ninguém mais estará vivo na terra. (...) Será que a água vai vir só para São Rafael?

Esse tipo de rumor/conflito revela questões relacionadas às temporalidades e ao questionamento da linearidade histórica. Como discute Chakrabarty (2021), a crise climática, de ordem planetária, precisa ser enfrentada de forma global, considerando os “diferentes mundos”, inclusive aqueles não humanos e não viventes

Breves apontamentos

O cotidiano e as memórias compartilhadas e observadas na comunidade São Rafael desempenham um papel crucial na compreensão de como lugares são moldados e transformados pela ação do Estado, funcionando como verdadeiros “laboratórios” ou “locais de experimentação”. O que se percebe é que os moradores constantemente refazem suas vidas ao serem confrontados com eventos de violência estatal (Das, 2008). Esse processo de “fazer a vida” é analisado aqui através da preservação do cotidiano, das memórias coletivas e da construção de um presente em meio às adversidades.

Durante os diálogos, entrevistas e observações, emergiu uma forte relação com a noção de “tempo”. O tempo se manifesta nas histórias sobre a construção das casas, no período de permanência na comunidade, e nas longas esperas, como no caso da solicitação de um posto de saúde, que levou anos para se concretizar. Esse “tempo das coisas” está profundamente entrelaçado com as narrativas sobre memórias, tanto pessoais quanto coletivas, e reflete uma solidariedade que dá sentido à identidade do grupo. Embora essa narrativa não seja isenta de conflitos, ela parece ser utilizada como uma forma



de legitimação da permanência dos moradores na comunidade.

A questão da permanência também revela uma dimensão emocional entre os moradores. Sentimentos como sofrimento, medo, tristeza e nostalgia coexistem com criatividade e esperança, ecoando os relatos etnográficos de Veena Das em suas obras. Nas palavras de “Seu João”, por exemplo, é evidente como o processo de implementação do projeto impactou profundamente seu cotidiano, a ponto de ele precisar tomar remédios controlados, perder o controle sobre o sono e sentir raiva por isso.

Além disso, o espaço físico da comunidade é um reflexo das dinâmicas de poder, onde alguns conseguem moldar esse espaço para alcançar objetivos político-econômicos, ao mesmo tempo em que afetam os corpos e subjetividades dos moradores. Como Lefebvre (1991) apontou, o indivíduo deixa de ser um sujeito autônomo e passa a ser um objeto do espaço social, controlado e ordenado pelo Estado.



Referências

- ANDERSON, Benedict. (2008). **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional**. Novos Estudos: CE-BRAP, n.49, 1997.
- ARAÚJO, Marcela. **Obras, casas e contas: Uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017a.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas, Papirus, 1994.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. Instituto Pólis, 2014.
- CAVALCANTI, Mariana. **Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada**. RBCS, Vol. 24, n. 69, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Chakrabarty, Dipesh. **The Climate of History in a Planetary Age**. London: The University of Chicago Press, Ltd., 2021.
- DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- DAS, Veena.; Poole, Deboraj. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.
- DEWEY, John. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- Holston, James. **Autoconstruction in working-class Brazil**. Cultural Anthropology, vol.6 n.4. Wiiley on behalf of the American Anthropological Association, 1971.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEITE, Rogério Proença. **A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea**. Dados, vol.53, n.3, 2010.



JÉSSICA NEVES LÔRO

MAGALHÃES, Alexandre. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MOTTA, Eugênia. Casas e Economia Cotidiana. In: **Vida Social e Política nas Favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**, IPEA, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol.2 n. 3, 1989.

SHIBUTANI, Tamotsu. **Improvised News: A Sociological Study of Rumor**. Indianapolis/New York: The Bobbs-Merrill Co Inc, 1966.

VIANNA, Adriana; MAGALHÃES, Alexandre. Habitar a cidade e fazer a vida: questões sobre a existência em situações limite. In: Bello, Enzo; Keller, Rene José. (Org.). **Curso de Direito à Cidade** 2ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019.

Laurent Vidal; Alain Musset; Dominique Vidal. **Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje)**, *Confins* [En ligne], 2011

